

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE 2023 3º Quadrimestre

Parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000

Data de Emissão: 14/03/2024

1. INTRODUÇÃO

É com satisfação que comparecemos ante a esta Comissão, autoridades e cidadãos do Município de Itatinga para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social, nos termos do estabelecido no parágrafo 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000).

Permitam-nos, desde logo, ressalvar que os valores apresentados neste relatório, em conjunto com o "Relatório Resumido de Execução Orçamentária", e o "Relatório de Gestão Fiscal", referentes, respectivamente, ao 3º Quadrimestre, consubstanciam-se no cumprimento das exigibilidades emanadas da referida Lei Fiscal, no que concerne à transparência e ao acompanhamento da execução do orçamento e das metas fiscais.

Nesta audiência apresentaremos os principais aspectos que condicionaram o comportamento das receitas, das despesas, do resultado primário e dos limites constitucionais apurado até o 3º Quadrimestre de 2023.

2. RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. RECEITAS

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita Total realizada, até o 3º Quadrimestre de 2023, foi de R\$ 105.465.162,09, o que corresponde a 89,59% do total previsto para o exercício de 2023. Observando-se os maiores grupos, as Receitas Correntes atingiram 97,58% e as Receitas de Capital 2,42% do valor arrecadado.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem basicamente dos recursos arrecadados pelo município através de impostos, taxas, contribuições e serviços, e pelas transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados neste grupo R\$ 102.907.655,71, correspondendo a um incremento de 3,02% em relação ao mesmo período do exercício de 2022.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital com ingresso de R\$ 2.557.506,38 representaram 107,00% do valor arrecadado até o 3º Quadrimestre em relação ao mesmo período do exercício 2022. Sua composição decorre, basicamente, das operações de crédito e de liberações da União, através de convênios e outras transferências. As realizações estão submissas a cronogramas de desembolsos e prestações de contas.

2.2. DESPESAS

A despesa liquidada até este quadrimestre totalizou R\$ 111.784.899,38, correspondentes a 80,86% do valor orçado para o exercício de 2023.

2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes dizem respeito aquelas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. As despesas liquidadas somaram R\$ 99.582.169,73, correspondendo a um aumento de 27,33% em relação ao mesmo período no exercício de 2022.

- As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 46.077.060,33;
- As Outras Despesas Correntes contemplaram os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa e social do município, com um total liquidado de R\$ 53.193.455,99;
 - As despesas com juros e encargos da dívida totalizam R\$ 311.653,41.

2.2.2. Despesas de Capital

As despesas de capital são provenientes de investimentos e alienação de bens de capital, definidas como operações de capital, recebimento das amortizações, emprestimos concedidos e a que estejam, por ato do poder público, vinculada à uma operação de capital. As despesas liquidadas somaram R\$ 5.939.787,61, correspondendo a um decremento de -35,56% em relação ao mesmo período de 2022. Nos grupos mais significativos, observam-se os seguintes resultados:

Os investimentos totalizaram R\$ 5.704.043,53.

As Amortizações da Dívida alcançaram o montante de R\$ 235.744,08.

As inversões financeiras totalizam R\$ 0,00.

3. RESTOS A PAGAR

O saldo inscrito em Restos a Pagar apurados ao final do exercício de 2022 totalizou R\$ 7.308.112,32, sendo R\$ 2.290.657,81 de despesas processadas e R\$ 5.017.454,51 de não processadas. Neste exercício, até o momento, foram pagos R\$ 5.075.716,08 daquele montante, além de R\$ 1.947.563,84 que foram cancelados. Desta forma o saldo atual de Restos a Pagar de exercícios anteriores é de R\$ 284.832,40. Para atender a estes compromissos, o município utilizou as disponibilidades financeiras de R\$ 69.260.293,23 apuradas no Balanço Patrimonial de 31/12/2022.

Em 2023, foi registrado uma inscrição de restos a pagar de R\$ 7.353.187,29, que somando-se ao saldo residual a pagar dos exercícios anteriores de R\$ 284.832,40, totaliza um montante atual a pagar de R\$ 7.638.019,69. Considerando o saldo atual de restos a pagar processados de R\$ 1.611.787,19, sendo que para atender a estes compromissos, o município apresenta um saldo de disponibilidades financeiras de R\$ 75.704.684,26 apuradas no balanço patrimonial, no referido período de apuração.

4. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, totalizaram até o 3º Quadrimestre o montante de R\$ 46.997.031,45, o que corresponde a 45,67% da Receita Corrente Líquida onde alcançou um montante de R\$ 102.908.066,20 em relação ao mesmo período.

Se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida, absolutamente dentro dos limites legais.

O limite legal ou máximo de despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) é de 54,00% da Receita Corrente Líquida, e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) é atingido a partir de 51,30% da Receita Corrente Líquida.

5. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no 3º Quadrimestre de 2023 o montante de R\$ 17.124.726,13, o que corresponde a 22,09% da Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, que se encontra cumprido o limite de 15% para aplicações da espécie, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram, no período, R\$ 25.684.278,82, o que corresponde a 32,14% da Receita Líquida de Impostos e Transferências. É importante observar que o limite definido pela Constituição Federal no seu artigo 212 para aplicação em despesas com Ensino é de 25%, até o final do exercício de 2023.

O município participa do convênio de municipalização do Ensino Fundamental, recebendo recursos do FUNDEB. A determinação da LDB da Educação, de que no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB sejam gastos na remuneração e valorização de professores e profissionais do magistério, foi atingido no período, tendo-se verificado que foi aplicado o montante de R\$ 15.505.508,96 o que corresponde a 90,55% dos recursos do FUNDEB, portanto acima do que determina a respectiva legislação.

No que se trata o restante dos 30% dos recursos do FUNDEB, sejam gastos em outras aplicações, tendo-se verificado que foi aplicado, o montante de R\$ 1.302.699,71 o que corresponde a 7,61%, portanto acima do que determina a respectiva legislação.

7. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA E LIMITES

Ao final deste 3º Quadrimestre, a Dívida Consolidada Líquida apresentou um saldo de R\$ -5.273.239,53, sendo este valor quando negativo indica que não há incidência de Dívida Consolidada Líquida. Comparando-se ao saldo do Quadrimestre anterior de R\$ -12.553.714,99, houve uma redução no estoque da Dívida Consolidada Líquida de R\$ 7.280.475,46.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em -5,12%. Ressalte-se que o limite legal estabelecido pela Resolução nº 40/01 do Senado Federal é de 1,20 vezes (ou 120%) da Receita Corrente Líquida.

8. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do município de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar seus pagamentos com Despesas Correntes e Despesas de Capital, e ainda, gerar "poupança" para atender o serviço da dívida. Nessa comparação, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem pelo lado das receitas, as financeiras, de operações de crédito e de alienação de bens, e do lado da despesa, o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).



O Resultado Primário para o 3º Quadrimestre de 2023 foi de R\$ -4.509.877,33. Este resultado foi 82,06% superior à meta estabelecida comparando-se o resultado, em relação às metas, verifica-se que o desempenho neste 3º Quadrimestre de 2023 apresentou um volume de recursos maior do que o previsto para honrar os compromissos com a dívida pública. O Resultado, portanto, é superior a meta estabelecida.

9. RESULTADO NOMINAL

É a diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas, incluindo os juros e o principal da dívida inclusive as financeiras. O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No quadrimestre, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do quadrimestre de referência e o saldo ao final do quadrimestre anterior. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida do exercício atual em relação ao saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

O Resultado Nominal obtido até o período é de R\$ 8.033.377,98, cuja previsão indica que a Dívida Consolidada Líquida poderia ser acrescida em até R\$ 123.489.679,44.

10. CONCLUSÃO

Portanto, é oportuno mencionar que após a aferição dos valores entre as receitas e as despesas e dos limites constitucionais, o resultado da Execução Orçamentária até o 3º Quadrimestre de 2023 representa uma receita arrecadada no valor de R\$ 105.465.162,09 e uma despesa liquidada no valor de R\$ 111.784.899,38 o que representa um déficit de execução orçamentária no valor de R\$ 6.319.737,29.

No entanto, Senhores Vereadores, Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e aos cidadãos aqui presentes, a análise do resultado fiscal relativo ao 3º Quadrimestre do exercício de 2023 comprova de forma clara e precisa o cumprimento dos princípios da gestão fiscal responsável, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal e a conseqüente manutenção da estabilização fiscal do Município de Itatinga.

Isto posto, entendemos que a análise da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2023, expõem com clareza o esforço do atual governo, prefeito municipal e seus demais gestores da administração direta e indireta com a disciplina fiscal e a importância da gestão dos recursos públicos, às 09:18 horas, aos 14 dias do mês de Março de 2024.